



O ensino de comunicação: das matrizes pedagógicas aos eixos da vida universitária¹

Nayara Carla Teixeira²

Alexandra Buzzo Antonini³

Mestrandas em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo

Resumo

As universidades de jornalismo, tais como as demais universidades do país, enfrentam, ainda hoje, diversos problemas, como: negligência no ensino de disciplinas práticas, descompromisso da ciência em ultrapassar as fronteiras das universidades, falta de infra-estrutura nas escolas, inadequação didática, limitações institucionais, enfim, dificuldades que abrangem o ensino, a pesquisa e a extensão e que acabam por resultar em alunos despreparados para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente. Essa falta de sintonia entre a universidade e o campo de trabalho deve-se, em grande parte, aos primórdios do ensino de jornalismo e às suas matrizes inspiradoras. É sobre estas vertentes e as ‘marcas’ deixadas por elas, no Brasil, que debruça este estudo.

Palavras-chave

matrizes forâneas; jornalismo; ensino; pesquisa; extensão

Desenvolvimento do curso de comunicação no mundo

Inicialmente as academias só abriam suas portas para novas correntes de pensamento e estudo quando um fenômeno era tão importante que não poderia ser ignorado.

O jornal foi assim. Um fenômeno que provocou sérios impactos sociais e não pôde passar despercebido. Sua existência colaborou para que os cidadãos começassem a formular suas próprias opiniões frente às notícias publicadas, ou seja, contribuiu pra que surgisse, no âmago da sociedade, a opinião pública.

¹ Trabalho apresentado ao NP 02 – Jornalismo, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Publicitária formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Unidade Arcos) e mestranda pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: navarateixeira@yahoo.com.br.

³ Formada em RTV e mestranda pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). E-mail: alertv@yahoo.com.br.



Vendo as repercussões causadas por este veículo de informação, surgem as primeiras iniciativas de atribuir, a ele, tratamento sistemático.

Assim, em 1690, o filósofo Tobias Peucer se interessa pelo tema e dedica sua tese de doutorado às implicações decorrentes da inserção dos jornais diários na sociedade. E, mais tarde, tanto este como outros temas relacionados à comunicação tornam-se motivos de preocupação para estudiosos da Suíça, França, Alemanha, Estados Unidos, dentre outros.

Na Suíça, mais precisamente na Universidade de Besle, o professor Karl Bucher promove um curso sobre as “ciências da imprensa”. Na França, Albert Batailler percebe a necessidade de se formar jornalistas e funda a Escola Superior de Jornalismo. Na Alemanha, Karl D’ Esther defende sua tese sobre o jornalismo ministrado na Universidade de Munster e a Universidade de Lipzig torna-se o primeiro instituto universitário da imprensa. E, nos Estados Unidos, General Lee institui o curso de jornalismo no Washington College.

Porém, estas experiências foram marcadas por graves resistências por parte dos empresários e antigos profissionais, que acreditavam que o jornalista já nascia feito (born not made). No entanto, essa relutância (que acompanha o ensino de jornalismo em todo o globo) se abranda na medida em que as instituições de ensino começam a formar profissionais melhor treinados e capacitados para exercer o ofício de jornalista.

A partir daí o ensino da Comunicação Social ganha contornos diversos a fim de conseguir a dimensão e os espaços necessários a uma discussão mais aprofundada e séria. E, as modificações sofridas refletem no ensino de jornalismo tal como ele é nos dias de hoje: um ensino estigmatizado por agudos defeitos mas, ao mesmo tempo, marcado por um desejo profundo de reestruturação, ainda que esta reestruturação seja embrionária.

Desenvolvimento do curso de comunicação no Brasil

Para averiguar como decorre a institucionalização do jornalismo enquanto campo acadêmico no Brasil é necessário entender, antes de tudo, de onde e em que contexto nasce o interesse em se formar profissionais relacionados à área da comunicação. Nesta perspectiva, rememora-se o período em que esse interesse se mostra mais nítido.



Na década de 30 surgiram alguns projetos que visavam a consolidação de entidades educacionais ligadas ao ensino do jornalismo. Porém, nesta época a imprensa brasileira começava a vivenciar a industrialização e poucos conseguiam enxergar a necessidade de manter uma entidade que tratasse do assunto; fato que impediu que tais projetos se materializassem.

Nos anos 40 e 50 a imprensa vive uma outra fase: seu setor passa a ser marcado por investimentos e renovações e a tipografia perde o caráter artesanal para entrar numa linha de produção que exige aparelhamento técnico e manipulação competente. Características que a deram uma dimensão de empresa e estimularam a institucionalização do jornalismo, uma vez que, surgia, agora, um mercado de trabalho capaz de comportar eventuais formandos.

E na década de 60 não apenas o impacto da imprensa, mas também de outros meios de comunicação tais como o rádio e a tv, ecoava em todo o Brasil e despontava para a necessidade de se formar, além de jornalistas, profissionais de publicidade, relações públicas, editoração, etc. Episódio que impulsionou o surgimento de escolas de comunicação ao invés de escolas limitadas, apenas, ao ensino de Jornalismo.

O desenvolvimento do curso universitário de comunicação no Brasil está intimamente ligado ao desdobramento da imprensa e à demanda por ela gerada. E convém destacar que, como a trajetória da imprensa brasileira foi assinalada pela lentidão, logo, o ensino do jornalismo sofreu um retardamento.

Neste intervalo de tempo, que compreende os anos 30 aos anos 60, vários projetos foram cruciais para que a formação de profissionais da comunicação deixasse de ser mera aspiração e conquistasse, de vez, seu espaço. Relembrar algumas deles, mesmo que muito brevemente, parece válido.

Já em 1918 a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) realizava, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Nacional dos Jornalistas, no qual os próprios profissionais da imprensa reivindicavam a formação superior de sua classe. Entretanto, o primeiro curso brasileiro de jornalismo somente se consolidaria em 1935, na Universidade do Distrito Federal. O curso lá implantado graças à iniciativa de Anísio Teixeira, seria, pouco tempo mais tarde, impelido pelo Estado Novo a fechar suas portas, por seguir uma linha de orientação distinta da linha recomendada pela ABI.

No ano de 1937 o ensino de Jornalismo ganhava a legalidade, porém, o curso só se estabeleceu em 1943 e obteve diretrizes pedagógicas em 1946. Vale enfatizar que a



legislação mantinha uma exigência para que os cursos de jornalismo funcionassem: fundarem-se dentro das faculdades de filosofia.

Em 1947 a Fundação Cásper Líbero cria seu curso de jornalismo junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento. Seu curso iria conquistar, em 1958, estrutura e regimento próprios.

O jornalismo também seria, posteriormente, fundado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Católica de Pernambuco, na Universidade de São Paulo, dentre outras.

É importante salientar que cada uma destas instituições colaborou, a seu modo, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino da comunicação. As posturas e modelos que adotaram permitiram detectar que o segmento universitário encontrava-se carente de um avanço pedagógico e organizacional e possibilitaram, ainda, discutir e implantar melhorias.

Foi a partir daí, que muitos programas tornaram-se independentes das faculdades de filosofia, apresentaram resultados pedagógicos satisfatórios, admitiram educadores aptos a ministrar aulas e formaram alunos capazes de atuar de maneira eficaz no mercado de trabalho.

É claro, não se deve esquecer ou mesmo desmerecer a atuação dos que pressionaram as escolas para estas mudanças, como o Governo, o corpo discente e docente, órgãos de pesquisa, etc.

Além disso, não se pode ser tão ingênuo a ponto de pensar que os erros cometidos anteriormente ficaram, apenas, no passado. Ainda hoje muitos deles permeiam a realidade de determinadas Universidades de Comunicação (problema que não atinge somente este setor mas sim, a maior parte da estrutura de ensino do país).

O que deve ficar claro é que nem todas as falhas foram sanadas. Foram relativamente grandes os avanços, mas ainda há muito o que fazer para promover um ensino de qualidade garantida, que realmente aproxime os educandos do seu futuro campo de atuação.

A identidade do ensino brasileiro de jornalismo

Descobrir a identidade do ensino de jornalismo no Brasil é examinar suas matrizes inspiradoras. Assim sendo, cabe ressaltar a influência que os modelos



européus, americanos e latino-americanos exerceram sobre o ensino de jornalismo em nosso país.

Num primeiro momento, que abarca a década de 50 e meados da década de 60, o ensino brasileiro de jornalismo adota, como parâmetro, a vertente européia. São exemplos desta corrente a Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, que estrutura-se a partir do modelo da Pro Deo, de Roma, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro que molda-se, inicialmente, a partir do Instituto Francês de Imprensa.

Como já foi dito anteriormente, a preocupação concernente ao jornalismo no panorama europeu decorria dos vários impactos sociais que estavam sendo gerados pela circulação dos jornais diários na Alemanha; fenômeno que gerou preocupação intelectual e fez emergir, em 1806, os primeiros cursos de jornalismo, marcados por uma feição academicista e à procura do conhecimento da imprensa.

Pouco mais de meio século depois, a formação jornalística ganharia, também, espaço no pensamento dos norte-americanos. Porém, os cursos lá implantados seguiam, inicialmente, numa direção díspar aos da Europa. A princípio tais cursos almejavam, apenas, aprimorar tipógrafos. Objetivo que viria a ser recusado, mais tarde, por Pulitzer. Personagem que marca época publicando um artigo que defendia a implantação de um curso que trabalhasse no sentido universitário, voltado para a comunidade e para o público.

Os modelos norte-americanos de ensino repercutem no Brasil durante os anos 60 e delineiam sua trajetória nos anos 70. A assimilação destes modelos se dá, principalmente, por intermédio de contínuas interferências (seja através de cursos de especialização ou seminários) de órgãos internacionais nas discussões brasileiras sobre a universidade de jornalismo.

Nesta época, várias universidades estruturam seus cursos de jornalismo segundo os moldes americanos, tais como: a Universidade de Brasília, a Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, a Faculdade dos Meios de Comunicação da Puc do Rio Grande do Sul, etc. A Universidade Católica de Pernambuco, dirigida por Luiz Beltrão, destaca-se, neste âmbito, pelo fato de não somente se inspirar neste molde, mas adotá-lo com as devidas modificações. Ou seja, ao contrário do que foi feito nas outras Universidades, em Pernambuco há a tentativa de adaptar o padrão norte-americano à realidade nordestina, fato imperativo para que a experiência obtivesse êxito.



Posteriormente, já nos anos 80, o ensino de jornalismo no Brasil entraria em sintonia com os padrões de ensino latino-americanos. Neste momento, o Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (CIESPAL) influenciaria, com suas diretrizes, o contexto brasileiro e exerceria um papel de extrema importância na reiteração dos cursos de jornalismo até então ministrados na América-Latina.

O CIESPAL, criado pela UNESCO e instalado em Quito (Equador), se ocupava em aprimorar profissionais para atuação nos meios de comunicação de regiões específicas. Para tanto, a entidade dava início a um trabalho de pesquisa que visava avaliar as características dos jornais, do rádio, do cinema e da tv, para, seguidamente, estudar seus impactos na sociedade.

Paralelamente, este órgão difundia, novamente, o pensamento norte-americano e europeu-ocidental na academia brasileira e propunha a formação do comunicador polivalente: habilitação garantida pela grande maioria das escolas estrangeiras. No entanto, apesar de inculcar várias idéias relacionadas ao jornalismo e a pesquisa à mentalidade brasileira, a atuação da entidade se dá de forma menos decisiva no Brasil do que em outros países latino-americanos.

Muitas das vezes, as estruturas brasileiras transferiram, integralmente, os arquétipos tecnológicos e culturais da Europa e da América do Norte. Fato que gerou uma série de complicações em seu segmento educacional, que, desta forma, encontrou-se restrito a conhecimentos pré-elaborados e adaptados a uma realidade heterogênea à sua. Esta disfunção cooperou, sobretudo, para que os profissionais formados não estivessem integrados com o próprio campo de trabalho e encontrassem-se inaptos a exercer sua função.

Após sentir como esta reprodução de tendências afunilava suas chances de chegar ao seu maior propósito: fornecer mão-de-obra qualificada para atuar nas empresas emergentes da indústria cultural, as escolas de jornalismo passaram a se ajustar a realidade nacional, elaborando, assim, uma forma brasileira de se fazer e ensinar jornalismo.

Desta maneira, a academia brasileira mostrou-se capaz de refletir sobre as peculiaridades de cada região e observar a sociedade e seus anseios. Além disso, passou a questionar as condições tecnológicas até então oferecidas e a importância de um elo entre a teoria, a prática e sua aplicação.



Diante destas questões as universidades sentiam a necessidade de admitir docentes aptos a pensar criticamente a respeito de todos estes conceitos.

A partir desta nova visão, é nítido que os programas de comunicação passaram a ser tratados de forma mais responsável.

O ensino e a formação profissional: desafios

Várias são as heranças deixadas pelas primeiras experiências no ensino de comunicação no Brasil. Algumas auxiliaram a formação dos profissionais da comunicação e outras aumentaram suas deficiências; estas últimas, por sua vez, precisam ser repensadas e suplantadas.

De acordo com Melo (1991), o Colóquio Nacional “O Ensino de Comunicação e os Desafios da Modernidade” mostrava que no início dos anos 90 o campo da comunicação se confrontava com os seguintes problemas: falta de autonomia curricular, formação insatisfatória dos comunicadores, carência de interação entre as instituições de ensino e as empresas de comunicação, corpo docente não preocupado em estabelecer uma nova postura e estrutura não-sintonizada dos sistemas de pós-graduação com a graduação e com a pesquisa internacional.

No entanto, percebe-se que estes são desafios que as instituições de ensino não tem enfrentado com grande êxito. Uma séria reestruturação do ensino de comunicação ainda se faz necessária.

Neste sentido, duas questões-chave deveriam ser analisadas: que profissional está sendo formado e se este profissional está, realmente, preparado para lidar com as especificidades do sistema produtivo onde vai atuar.

Na busca por respostas a estas indagações, seria imperativo pensar na ‘engrenagem’ das instituições de ensino: no modelo de currículo que estão utilizando, no desempenho didático que estão tendo e na formação que estão transmitindo ao aluno.

A partir daí, haveria a possibilidade de indicar soluções. Uma delas, quem sabe a mais urgente, seria uma mudança na mentalidade das universidades. Não dá mais pra se pensar em desvincular prática e teoria, então, porque não mesclar estas duas facetas?

Talvez porque daí surja uma nova preocupação: a de que o aluno, para exercitar o que aprende em sala de aula, precisa de infra-estrutura. E no tocante à questão da infra-estrutura nota-se um sério descompasso.



As escolas de comunicação mostram-se, ainda nos dias atuais, distanciadas dos aparelhos técnicos. Tal distanciamento deve-se, em grande medida, ao fato destas escolas terem assumido, principalmente em seus primórdios, um contorno conservador e contarem com educadores que alimentam uma aversão à tecnologia.

Alguns têm o receio de não serem capazes de administrar, de forma ideal, os aparatos técnicos que surgem no âmbito da sociedade. E o mais intrigante é que este medo atinge não somente educadores, como também alguns educandos.

Porém, tanto quanto a pesquisa, a técnica é de fundamental importância no percurso acadêmico dos formandos. Por seu intermédio poderia haver a possibilidade de se superar a barreira existente entre o que se vê na escola e que se passa no dia-a-dia das empresas de comunicação.

Assim, rever diretrizes torna-se o grande desafio das escolas de comunicação.

A pesquisa em comunicação

A pesquisa brasileira na área da comunicação foi delineada, desde sempre, por vários problemas. Para começar, antes de ser concretizada por estudiosos da própria área, foi objeto de interesse de especialistas das ciências humanas (historiadores, filósofos, antropólogos, sociólogos, etc).

Somente com a expansão das escolas de comunicação surgiram os cientistas sociais (jornalistas, publicitários, editores, cineastas) e as pesquisas puderam ser elaboradas sob um novo olhar.

Enquanto os profissionais qualificados pelas ciências humanas apresentavam dificuldades em lidar metodologicamente com um objeto que não estava no cerne de sua formação acadêmica, os comunicólogos não se mostravam familiarizados com seu objeto empírico.

E havia ainda um agravante: estes dois grupos de pensadores nem sempre se esforçaram para integrar seus conhecimentos.

Contratempos estes, que colaboraram para que os cientistas latino-americanos encontrassem inconveniências no desenvolvimento de estudos e, ao mesmo tempo, geraram deformidades à pesquisa em comunicação.

Vale destacar que a falha dos especialistas sociais foi pouco se envolverem com a prática. Pois, mal conhecendo os objetos que deveriam examinar não seria possível prever a maneira como estudá-los.



Isto equivale a dizer que: sem se conhecer, em profundidade, os meios de comunicação de massa, torna-se praticamente impossível fazer pesquisa.

Assim, no sentido de abrandar o descompasso entre os comunicadores e seu objeto de interesse, a Resolução 3/78 do Conselho Federal de Educação (CFE) passou a exigir que as Universidades mantivessem, em seus cursos de comunicação, projetos experimentais.

Mas não bastaria implantar tais projetos. Para que o quadro se modificasse seriam necessárias outras medidas conjuntas. Com este propósito surgem, até os dias de hoje, debates e reflexões sobre as providências a serem tomadas no campo da pesquisa em comunicação.

Muitas apontam para a intensificação de um trabalho coordenado de pesquisa. Isto é, um trabalho que promova a integração das pesquisas brasileiras com as próprias pesquisas brasileiras (já que alguns estudos realizados ficam armazenados, não sendo divulgados nem sequer no país de origem) e das pesquisas brasileiras com as pesquisas internacionais.

É preciso, sim, que este trabalho seja implantado. Este é o caminho para se potencializar a qualidade da pesquisa feita na América Latina e contribuir para a produção e o intercâmbio de conhecimento empírico.

E para isso é necessário um devido cuidado com a produção científica. Cuidado, no sentido de discutir problemas que realmente acrescentem algo ao contexto brasileiro e internacional e que, na mesma medida, dêem atenção às questões de interesse da sociedade.

Extensão: um das portas para a suplantação de paradigmas

As atenções das Universidades sempre estiveram voltadas para o âmbito do hegemônico; e questões não menos importantes como o popular e a comunicação rural não tiveram zelo proeminente.

Entretanto, na medida em que os estudos da comunicação avançam, surge o interesse em analisar os vínculos entre o popular e o massivo, entre hegemônico e subalterno.



Nesta perspectiva, Luiz Beltrão⁴ infiltra ‘o popular’ no cotidiano universitário e a INTERCOM⁵ constrói, com a ajuda de diversos grupos de pesquisadores e profissionais, um arcabouço teórico sobre o tema.

Neste contexto, também nascem tentativas de se incorporar o mundo da comunicação rural às discussões e atividades escolares. Porém, como o ensino encontra-se marcado por um forte contorno urbano, até o momento este objetivo não tem alcançado muito sucesso.

Há de se convir que estas questões poderiam contribuir, e muito, para a formação de um profissional mais “antenado” à realidade. E por isso é uma pena que as iniciativas neste sentido tenham atingido espaços tão elementares na estrutura de ensino.

É preciso que as universidades estejam abertas a uma relação de reciprocidade com o mundo presente. Que adquiram informações sobre os mais diversificados assuntos que permeiam seu campo de estudo e estejam compromissadas em produzir e divulgar conhecimentos.

Por este motivo há uma certa urgência em se passar por reformas, sobretudo, no diz respeito à extensão.

A extensão seria uma das pontes para a suplantação de velhos paradigmas, uma das chaves para se implantar um curso com perspectivas a um novo modelo. Modelo este que englobe questões das mais diversas e importantes e não se deixe impregnar e estagnar por uma nostálgica referência a velhos padrões.

Enfim, deve haver um diálogo entre o campus e o mundo.

Considerações Finais

Abolir a ponte ainda existente entre a universidade e o mercado, a transmissão de conhecimentos e modelos ultrapassados, a incomunicação entre profissionais da área e a pesquisa desarticulada devem ser, para as instituições de ensino, metas proeminentes.

Somente encarando os problemas que ainda afetam a formação do profissional de comunicação será possível se estabelecer um espaço mais adequado para capacitá-lo.

⁴ Primeiro Doutor em Comunicações diplomado no Brasil, fundador do ICINFORM (primeiro centro nacional de pesquisas acadêmicas sobre comunicação) e da revista Comunicações & Problemas.

⁵ Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.



E se o apoio e a atitude participativa de todos os interessados se mostrar presente, esta será uma tarefa passível de ser concretizada.

Referências bibliográficas

KUNSCH, Margarida (org.). *O ensino de comunicação: análises, tendências e perspectivas*. São Paulo: Abecom, 1992.

MARQUES DE MELO, José. Pedagogia da Comunicação: as experiências brasileiras. In: *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1974, p.13-69.

_____. *Pós-graduação nos Estados Unidos: Experiências aplicáveis às Escolas de Jornalismo e Comunicação da América Latina*, Revista da Abepec, Brasília, n. 2, p.11-36, 1975.

_____. Universidade, cultura e comunicação no Brasil: o dilema das alternativas possíveis. In: *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1976, p.79-89.

_____. Ação Educativa nas escolas de comunicação. In: *Comunicação: direito à informação*. Campinas: Papyrus, 1986, p. 129-151.

_____. *Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação*. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. *A pesquisa experimental em comunicação*. Revista da Expocom, Belo Horizonte, Intercom, 2003.

_____. Os primórdios do ensino de jornalismo. In: *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Florianópolis: Insular, 2004, p.73-83.

RIZZINI, Carlos. *O ensino de jornalismo*. Rio de Janeiro: MEC, 1953.